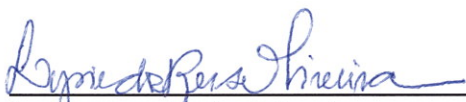


JAQUELINE LIMA AMORIM

**“O PLANEJAMENTO URBANO NO CENTRO HISTÓRICO DE
SALVADOR: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE 1992 E DO
PLANO DE 2010”**

Monografia apresentada ao Curso de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo.


MONOGRAFIA APROVADA PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:



Lysie dos Reis Oliveira

Pós-Doutora pela Universidade do Porto (Portugal)

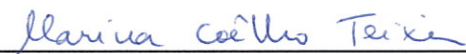
Orientadora - Universidade do Estado da Bahia



Marília Moreira Cavalcante

Doutora pela Universidade Federal da Bahia

Universidade do Estado da Bahia



Marina Coelho Teixeira

Mestre pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia

Salvador, 07 de dezembro de 2018



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

JAQUELINE LIMA AMORIM

**O PLANEJAMENTO URBANO NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: UMA ANÁLISE
DO PROJETO DE 1992 E DO PLANO DE 2010**

Salvador

2018

JAQUELINE LIMA AMORIM

**O PLANEJAMENTO URBANO NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: UMA ANÁLISE
DO PROJETO DE 1992 E DO PLANO DE 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Urbanismo, Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo.

Orientadora: Dra. Lysie dos Reis Oliveira
Coorientador: Mestrando Manoel Nascimento

Salvador

2018

O PLANEJAMENTO URBANO NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE 1992 E DO PLANO DE 2010¹

URBAN PLANNING IN THE HISTORIC CENTER OF SALVADOR: AN ANALYSIS OF THE 1992 PROJECT AND THE 2010 PLAN

Jaqueline Lima Amorim²

Lysie dos Reis Oliveira³

Manoel Maria do Nascimento Júnior⁴

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o que está sendo idealizado para o Centro Histórico de Salvador, a fim de verificar se estes podem ser considerados planejamento urbano. Portanto, analisamos o projeto proposto para o Centro Histórico em 1992 e o plano proposto em 2010 pelo governo estadual, e os impactos desse planejamento na vida das pessoas que habitam nesse território histórico. Trilhamos essa investigação através do estudo de documentos oficiais lançados pelo Governo do Estado da Bahia, assim como, pela Prefeitura Municipal de Salvador, além de livros e artigos. Os resultados mostram a incapacidades das intervenções de reverter o quadro de degradação social do local, com ações voltadas para o turismo desprivilegiado aqueles que detém a historicidade do local.

Palavras-chave: Centro Histórico; Conservação Integrada; Cultura; Degradação Social; Planejamento Urbano.

Abstract

This article aims to analyze what is being designed for the Historic Center of Salvador, in order to verify if these can be considered urban planning. Therefore, we analyzed the proposed project for the Historical Center in 1992 and the plan proposed in 2010 by the state government, and the impacts of this planning on the lives of the people who inhabit in this historic territory. We conducted this investigation through the study of official documents issued by the Government of the State of Bahia, as well as by the City Hall of Salvador, as well as books and articles. The results show the incapacities of these interventions to revert the local social degradation, with actions directed to the tourism, disregarding those that have the historicity of the place.

Keywords: Culture; Historic Center; Integrated Conservation; Social Degradation; Urban planning.

¹ Artigo elaborado como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade do Estado da Bahia como requisito básico para obtenção de título de Bacharel em Urbanismo, Salvador 2018.

² Graduanda em Urbanismo, Universidade do Estado da Bahia, Graduanda, em Urbanismo, Estagiaria de Urbanismo, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Superintendência de Habitação, Salvador/Bahia/Brasil, jaqueline.urb15@gmail.com, (71) 98666-9626.

³ Graduada em Arquitetura, Universidade Federal Fluminense, Doutora em História, Professora Titular, Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Exatas e da Terra – Campos I – Salvador/Bahia/Brasil, lysiereis@gmail.com, (71) 99321-5554.

⁴ Graduado em Direito, Universidade Federal da Bahia, Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Advogado, Centro de Estudo e Ação Social – Equipe Urbana, Salvador/ Bahia/ Brasil, manoelnascimento@gmail.com, (71) 98777-0665.

1. INTRODUÇÃO

O planejamento surgiu como uma resposta aos problemas enfrentados pelos aglomerados urbanos. O fenômeno urbano passa a ser reconhecido como algo dinâmico, o que leva a encarar a cidade como resultado de sua própria história e como algo que está, de alguma maneira, evoluindo no tempo (Kohlsdorf, 1985). A ênfase passa da busca pelo modelo de cidade ideal e universal para a solução de problemas práticos, a cidade real passa a ser o foco, ao invés da cidade ideal. Dentro dessa concepção, o planejamento pode ser definido como o processo de escolher um conjunto de ações consideradas as mais adequadas para conduzir a situação atual na direção dos objetivos desejados (Saboya, 2008).

No Brasil, a atividade da elaboração e implementação do planejamento e de planos urbanos tomou novo fôlego nos anos 2000, visto que o planejamento foi padronizado por lei federal, com a publicação da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Com a promulgação do Estatuto da Cidade busca-se instrumentalizar a sociedade e o poder público com institutos jurídico e urbanísticos que corrijam os problemas verificados no passado e possibilitem gestar planos que efetivamente estejam com foco na construção de cidades mais justas, sustentáveis e de todos.

Lugar objeto de várias intervenções públicas, o Centro Histórico (CHS), é conhecido como ícone da identidade cultural baiana, porém feito desigual a partir dessas intervenções. Sobre este espaço se tentou forjar, pelo processo de tombamento enquanto patrimônio mundial, um espaço simbólico de convívio pacífico e tolerância, marcados, sobretudo, por uma atmosfera de baianidade⁵. Passou a abrigar centenas de instituições históricas e culturais de relevância, por esse motivo, esse espaço é alvo constante do planejamento público na intenção de transformar o local em “atração turística”, expulsando as comunidades existentes.

O presente estudo se propõe a fazer uma análise crítica do que foi idealizado por meio de políticas públicas para o Centro Histórico de Salvador no intuito de verificar se estas coadunam com o planejamento urbano da poligonal demarcada como área patrimonial. O marco temporal tem como foco as ações governamentais entre o projeto de 1992 e o plano de 2010, e as consequências desse pretense planejamento.

⁵ O imaginário de baianidade é construído a partir da representação da Bahia como a terra da felicidade, festa, sol eterno, calor, praia, carnaval, axé music, tolerância racial, cultural e religiosa, etc. O termo baianidade pretende uma unidade de produção cultural, práticas cotidianas, “posturas” ou “estilo” do povo baiano, com características não são encontradas na maior parte do estado, antes, são restritas a Salvador e ao Recôncavo (Nova; Fernandes, 2007).

Trilhamos essa investigação através do estudo de documentos oficiais lançados pelo Governo do Estado da Bahia, assim como, pela Prefeitura Municipal de Salvador, além de livros e artigos. Procurar-se-á cotejar as diretrizes, objetivos e aplicação das proposições incidentes. Essa análise se baseará em veículos de comunicação, publicações em periódicos e mídias diversas, documentos produzidos pelas comunidades e pesquisa empírica, que foi construída pela interação do grupo de pesquisa Direito à Cidade com comunidades que vivem na área.

2. COMO PLANEJAR ALGO QUE É IMUTAVEL: O PATRIMÔNIO TOMBADO

Por atuar no ambiente urbano, o planejamento deveria se ocupar dos processos de elaboração, estruturação e apropriação do espaço, adotando medidas que contemplassem cada região ou bairro com propostas distintas, respeitando suas especificidades e, ao mesmo tempo, compreendendo que fazem parte de um contexto mais abrangente (Ticle; Pereira, 2015). Porém, o planejamento pauta-se frequentemente, na grande parte das cidades brasileiras, em modelos funcionalistas, norteados por critérios como infraestrutura, densidade, tendo como propulsão o privilégio aos investidores, a especulação imobiliária, e assim negligenciando “a intrincada teia de relações econômicas, sociais e culturais que marca a vida urbana e que caracteriza o seu patrimônio” (Castriota, 2010, p. 174).

A Conservação Integrada é uma dialética entre a vontade de proteção e as necessidades de planejamento, recorrendo aos meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos específicos para responder à complexidade dos problemas a serem enfrentados (Zancheti, 2003). Conservação Integrada⁶ é o modo de abordar o planejamento e a gestão do patrimônio urbano, segundo os seguintes princípios: O planejamento e a gestão de áreas urbanas de interesse patrimonial devem estar integrados nos processos mais gerais de planejamento e gestão das cidades e dos territórios, dentro de uma visão multidimensional integrada (econômica, política, cultural, ambiental e físico-espacial); A CI deve ser a estratégia de planejamento e gestão utilizada em áreas urbanas consolidadas que sejam reconhecidas como de interesse patrimonial-cultural, isto é, nessas áreas o processo de desenvolvimento privilegiará a conservação do patrimônio cultural, relativamente ao processo de transformação urbana; Na CI, conservação é entendida como uma forma espacial do processo de

⁶ A conservação Urbana Integrada (CI) teve origem no urbanismo progressista italiano dos anos 1970, representado pela experiência de reabilitação do centro histórico de Bolonha, no final da década de 1960, conduzida por políticos e administradores do Partido Comunista. Nos anos 1970 e 1980, tais princípios foram aplicados em cidades italianas e espanholas e, nos dois países, ilustrou uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular. O impacto dessa proposta ultrapassou os limites da Itália e, em 1975, foi adotado pelo Conselho da Europa, e neste mesmo ano o grupo de planejadores e políticos reuniram as diretrizes da CI no Manifesto de Amsterdã, documento redigido para orientar a ação de intervenção em áreas urbanas históricas. A Declaração foi influenciada pelas ideias e sucesso mundial das realizações dos planejadores bolonheses na recuperação de áreas históricas degradadas, habitadas por grupos de baixa renda (Zancheti; Lapa, 2012).

transformação urbana que procura manter no tempo (intergerações) a integridade e a autenticidade do patrimônio cultural; A Conservação Integrada deve buscar o desenvolvimento sustentável, inserindo a conservação do patrimônio-cultural urbano, como um ativo que agrega valor em todas as dimensões do desenvolvimento (econômica, cultural, ambiental e físico-espacial) (Zancheti, 2003).

As primeiras aplicações da CI foram feitas em áreas residenciais antigas nas periferias dos centros históricos, com destaque na recuperação da estrutura física, econômica e social e mantendo-se os habitantes. Nos anos 1980 e 1990, a proposta da CI abandonou o cunho “social” e passou a ser encarada como uma forma de revitalização ou reabilitação de áreas centrais deprimidas ou obsoletas. Nesse sentido, associou-se à proposta de recuperação econômica e do valor imobiliário dos estoques de construções, especialmente daqueles protegidos por instrumentos legais de tombamento, localizados em áreas centrais. Transformaram a conservação urbana em estratégia de agregação de valor à economia urbana das localidades e em instrumento poderoso de atração de investimentos privados supra regionais ou internacionais (Zancheti, 2003).

Por outro lado, o planejamento urbano serviu-se da CI para a leitura da cidade, mediante as análises morfológica e tipológica. O tratamento da cidade, sob esse ponto de vista, tornou a ação de planejamento desagregada, específica e adaptada ao artefato da localidade urbana. Essa posição também foi apropriada por políticos neoliberais e progressistas. O planejamento urbano perde, assim, sua antiga característica de generalidade (toda a cidade), abandona a forma quantitativa de regulação (índices urbanísticos) e começa a privilegiar a ação localizada com potencial de transformação da área onde se insere. Esse tipo de planejamento enfatiza o projeto urbano, isto é, a ação sobre áreas específicas, ou então, busca fornecer procedimentos padrão para a realização de projetos locais. O plano urbano tem, desse modo, a forma de um conjunto organizado e estruturado de projetos, com sentido estratégico de direcionamento da mudança urbana em uma determinada direção. Os exemplos mais marcantes dessa vertente são os planos urbanísticos de cidades italianas como Siena (Secchi, 1993), Piacenza (Gabrieli, 1990) e outras (Secchi, 1994) (Zancheti, 2003).

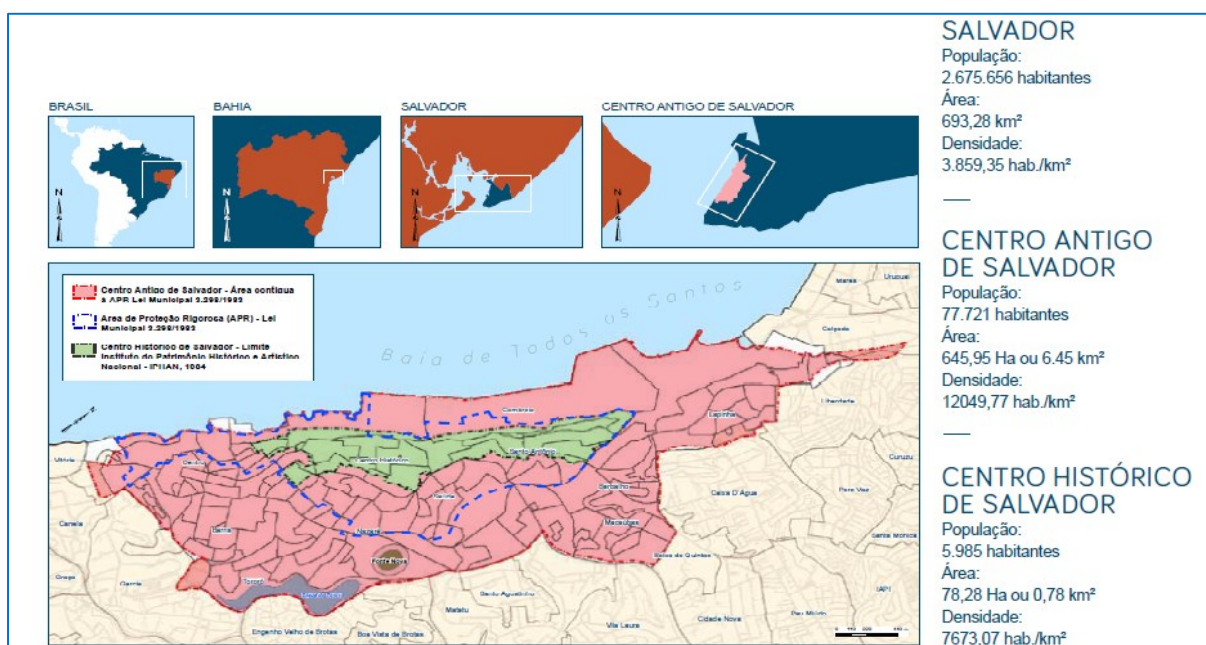
No Brasil, a aplicação de políticas locais de desenvolvimento, voltadas para a revitalização de áreas urbanas consolidadas ou “históricas”, constitui uma iniciativa relativamente recente. Os anos 1990 foram ricos em experiência de intervenções urbanas em áreas de caráter patrimonial, desde os finais dos anos 1980 começaram a surgir planos de revitalização em importantes cidades do país. Essas experiências vieram como resposta no interior de políticas locais de desenvolvimento, e objetivam criar novas formas de agregação de valores na economia urbana local, utilizando uma forma específica de riqueza ambiental: os bens

urbanos patrimoniais (Zancheti, 2003). Uma experiência brasileira de revitalização urbana merece destaque devido a sua direta inserção em estratégias de desenvolvimento local e pelo exemplo que se constitui para outros espaços com características semelhantes: a do Pelourinho, em Salvador (BA).

3. PROJETO DE RECUPERAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE QUARTEIRÕES NO CENTRO HISTÓRICO (1992)

A área denominada Centro Histórico de Salvador (CHS) tem uma extensão de aproximadamente 138.420m², correspondendo a um total de 1.170 imóveis. Seu limite no sentido oeste termina na escarpa, de altura média de 64 metros, ao leste vai até o vale que forma a Avenida Baixa de Sapateiros e a Ladeira do Aquidabã. Limita-se no sentido norte-sul seguindo a encosta, começando desde o Sodré até o Largo do Santo Antônio Além do Carmo (Mapa 1).

Mapa 1 – Mapa de localização do Centro Histórico de Salvador



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2013.

O Centro Histórico foi considerado a principal área de expansão urbana da cidade no século XVIII, período de grande prosperidade econômica, quando a economia açucareira e tabagista, aliada a importância portuária, fizeram de Salvador um centro de negócios do comércio internacional, a “Capital do Atlântico Sul”. Nas primeiras décadas do século XX o Centro de Salvador tem redefinida as suas funções, as famílias tradicionais da sociedade baiana começam a se transferir para outros bairros da cidade, como o Politeama, Campo Grande, Canela, Graça e, especialmente, o Corredor da Vitória. A área norte do Pelourinho passa

então a ser ocupada por uma população de estratos econômicos médios, que se acomodou nas casas térreas e de dois pavimentos (Bomfim, 2010).

O estigma de bairro maldito se consolida nas décadas seguintes, assim como tentativas e campanhas para transferir o meretrício para a cidade baixa. Nos anos de 1960 o estado de degradação dos imóveis do centro antigo era tanto que essa área concentrava a maior incidência de incêndios da cidade. Essa paisagem físico-social e a imagem do Centro Histórico acima descritos vão perdurar até o início dos anos 1990. Entretanto, apesar do estigma de bairro “maldito” e de fato a comunidade do Maciel era composta tanto por prostitutas e marginais quanto de uma população trabalhadora diversa (Bomfim, 2010).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi o primeiro órgão a adotar medidas de proteção, e realizar obras em monumentos religiosos de excepcional valor cultural, em 1959. Ao promover o tombamento de significativas edificações protegiam-se também a sua área de entorno e vizinhança, e a concentração desses edifícios no Centro Histórico serviu para preservá-lo (Quadro 1).

Quadro 1 – Políticas públicas para o Centro Antigo de Salvador

Ano	Ação	Instituição
1937	Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; tombamento de monumentos	SPHAN
1959	Medidas de proteção e obras de conservação	SPHAN
1967	Criação da FPACBA (IPAC). Promoção da conservação do patrimônio artístico e cultural da Bahia	Governo da Bahia
1971	1ª etapa do Plano de Recuperação do Pelourinho	IPAC Seplan/PR
1972	Plano de Desenvolvimento da Comunidade do Maciel	IPAC, PMS, UFBA
1976-1979	Restauração de imóveis e instalações de serviços públicos e privados	IPAC
1977-1979	Plano Diretor do Pelourinho (PLANDIP)	Conder, IPAC
1978	Proposta de Valorização do Centro Histórico de Salvador	Conder
1981-1985	Projeto Centro Administrativo Municipal Integrado (CAMI)	Oceplan, PMS
1981-1982	Projeto de Recuperação Habitacional do Centro Histórico (Pelourinho)	IPAC, UIS/HOAB BNH
1983	Criação do Escritório Técnico de Licenças e Fiscalização	IPAC, PMS, SPHAN/FNPM
1986	Criação da Fundação Gregório de Matos (FGM). Criação do Programa Especial de Recuperação dos Sítios Históricos de Salvador	PMS
1986	Seminário do Programa Nacional de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos	MinC, MDU
1987	Criação do Parque Histórico do Pelourinho	FGM-PMS
1991-2006	Programa de Recuperação do Centro Histórico	IPAC-Conder

Fonte: Bomfim, 2010.

Entretanto, a história das ações governamentais para a preservação da recuperação do Pelourinho está associada ao órgão público estadual, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), criado em 1967. Saíram desta instituição os principais projetos e

programas com a finalidade da reabilitação do patrimônio histórico do centro de Salvador (Azevedo, 1984).

Quando o IPAC foi criado seu objetivo era a revitalização do tecido urbano, envolvendo a restauração de edifícios e a promoção social da população local, para acentuar os valores culturais e reforçar a paisagem humana que compõe esta ambiência, reintegrando-a na cidade. As principais preocupações em relação à intervenção no Centro Histórico nesse período se concentravam na conservação da população em zona sob intervenção de restauração e preservação, aquisição dos imóveis para fins sociais (serviços públicos), execução de quarteirões integrados de habitação popular, dotação de redes de infraestrutura (abastecimento de água, sistema de drenagem de águas pluviais, esgotamento sanitário, rede elétrica e telefonia) e a criação de incentivos fiscais favorecendo os investidores na área de preservação de bens culturais, devendo tudo isso ser feito conforme orientações dos órgãos internacionais (Bomfim; Silva, 2006).

Os programas sociais estabelecidos, embora tenham amenizado as situações mais dramáticas, não conseguiu resolver o problema estrutural. Não se conseguiu estabelecer uma segurança mínima no Centro Histórico, que permitisse a sua utilização por toda a população de Salvador. A ação implementada no Centro Histórico se dirigiu para o atendimento ao turismo, sendo esses afastados pela violência. Os benefícios das intervenções realizadas foram captados por órgãos públicos que ali se instalaram, por algumas empresas locais, pelos turistas e atividades voltadas para este público, e, sobretudo, os proprietários dos imóveis da área que tiveram ganhos com a sua valorização seja sob a forma de locação ou espera de valorização para venda ao IPAC (Azevedo, 1984).

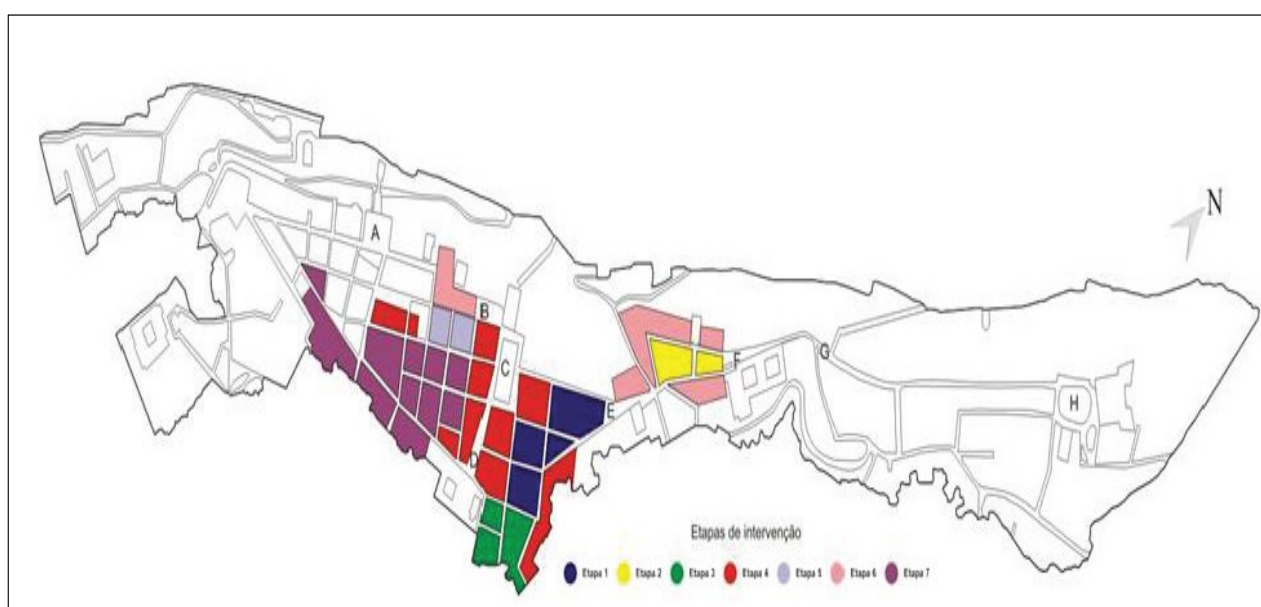
Paralelamente ao quadro de insucesso das políticas de reabilitação e a falta de perspectiva de soluções para o grave problema de degradação físico-social do Centro Histórico, surge na década de 1970 em Salvador um vigoroso movimento cultural capitaneado pelos grupos culturais negros, que se constitui em um fenômeno artístico-cultural da época chamado de “negritude”, em prol da valorização das comunidades afrodescendentes, da cultura, música, religião, dança, estética e tudo o que faz referência à tradição dos negros e a sua origem africana. E com essa efervescência cultural negra nos anos de 1980-1990, cria-se um produto chamado “Bahia” intrinsecamente ligado à indústria cultural (Bomfim, 2010). É importante ressaltar esse aspecto porquê de certa forma ele será o fio condutor das políticas públicas de recuperação do CHS na década de 1990, a requalificação urbana daquele espaço para o turismo, lazer e entretenimento, isto é, para a indústria cultural, como indica Reis (1998):

A cidade do Salvador, com seu imenso acervo arquitetônico, suas especificidades culturais apresentava um conjunto de potencialidades que repercutiam no entendimento de que seria viável investir no

binômio cultura-turismo. Assim, a tentativa é de redefinir o dinamismo do centro antigo que, cada vez mais, se aproximava das camadas de baixa renda. A expectativa inicial concentrou-se em requalificar a área segundo determinações que correspondessem às novas tendências culturais. Dentre estas, destaca-se o turismo, que passa a ser visto como meio de viabilizar a geração de renda e emprego na cidade (Reis, 1998).

Em 1991 o governo do Estado da Bahia vai intervir no CHS, com a finalidade de sua recuperação físico-territorial. Elabora-se um Termo de Referência e este documento será norteador de toda a operacionalização do programa de recuperação que se incidia. A intervenção dividida em 10 etapas escolheu 900 imóveis (Mapa 2).

Mapa 2 – Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador



Fonte: Santos Júnior; Braga, 2009.

Entre 1992 e 1994 foram realizadas as 4 primeiras etapas do Programa de Recuperação, sendo desenvolvido através da Secretária de Planejamento, Ciência e Tecnologia via CONDER e da Secretaria de Cultura e Turismo via IPAC (Bomfim, 2010). Os objetivos do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador eram de dotar este espaço, através da ativação do ciclo econômico, de condições efetiva para a manutenção de bens e valores culturais de forma contínua e eficaz; promover a recuperação e restauração física desta área redefinindo a sua função em relação à cidade e à região metropolitana; criar condições de desenvolvimento do potencial produtivo e da organização social da área (Bahia, 1995).

A execução das 4 primeiras etapas foi supervisionada pelo IPAC e pela CONDER, e os recursos utilizados para a realização das obras advindas do Tesouro do Estado da Bahia. A intenção do Programa era de manter um percentual significativo das propriedades no setor privado e, ao mesmo tempo, ressarcir o Estado, pelo menos parcialmente, dos investimentos realizados. Para se atingir este objetivo, desenvolveram-se alguns tipos de negociação padrão, era utilizado a permuta, quando o proprietário possuísse dois imóveis, por exemplo, doava um ao Estado e recebia o outro recuperado; comodato, quando só possuísse um imóvel, o dono cedia a sua posse por um período de 10 anos e, ao fim deste prazo, o imóvel lhe seria devolvido; houve também casos de desmembramento da propriedade, de compra e, quando não houve a possibilidade de acordo, ocorreram as desapropriações (Bahia, 1995).

Este sistema concentrou nas mãos do Estado uma fatia substancial do parque imobiliário na área a ser recuperada, transformando-o no grande gestor da atribuição da utilização dos imóveis, coube ao Estado o comando da locação das unidades imobiliárias e a escolha das empresas aptas a se localizar no espaço da intervenção. Este mecanismo acentua o caráter essencialmente centralizador da intervenção e abre a possibilidade de uma relação clientelista com os interessados em se estabelecer no Centro Histórico (Bomfim, 2010). Cabe ressaltar que esse projeto embora tenha sido concebido após a aprovação da Constituição de 1988, desconsiderou completamente a concepção de proteção ao patrimônio cultural introduzidos nos artigos 215 e 216, o programa de recuperação transformou de forma autoritária e excludente o uso dos imóveis (Mourad, 2011).

Os imóveis recuperados foram colocados à disposição da iniciativa privada através da relação de inquilinato. Os critérios de ocupação dos casarões por atividade econômica foram estipulados pelo Estado, levando em conta a compatibilidade com o Programa de Recuperação e a adaptação dos estabelecimentos aos prédios restaurados. O Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco) atuou como agente financiador dos investimentos privados através do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (Fundese), por meio de financiamentos concentrados em empreendimentos voltados para o lazer e o turismo, como restaurantes, lojas e etc. (Bomfim, 2010).

As quatro primeiras etapas realizaram intervenção em 334 casarões e 16 quadras. A primeira etapa da obra de recuperação foi concluída em 1993, abrangendo uma área de 33.053m², onde foram restaurados 89 imóveis e quatro quarteirões no bairro do Maciel. Foram construídas três praças internas e um estacionamento para 70 carros. A segunda etapa atingiu uma área de 11.088m² de construção, abrangendo 47 imóveis e dois quarteirões na Ladeira do Carmo e Rua do Passo. A terceira etapa foi concluída em 1994 englobando 58 imóveis e três quarteirões do bairro do Maciel, correspondendo a uma área construída de 12.476m². Na

quarta etapa, 140 imóveis e sete quarteirões foram atingidos equivalendo a uma área construída de 47.525m², cujo término ocorreu em 1994. Foi construído um edifício garagem com capacidade para abrigar 450 automóveis e vaga para 12 ônibus de turismo. A primeira etapa da restauração requalificou radicalmente a área, o que antes era predominantemente habitacional passou a ser o espaço com maior número de pontos comerciais do CHS. As três etapas seguintes não alteraram esse quadro, continuando a ser uma área mais comercial que habitacional (Bomfim, 2010).

A intervenção do CHS visava atrair para a área renovadas atividades econômicas orientadas para o turismo e o lazer, num enfoque mercadológico do ambiente restaurado, justificando-se com o estímulo ao crescimento econômico e à geração de empregos. O Centro Histórico transformou-se em um produto a ser visto, visitado e vendido através da utilização de técnicas de marketing e propaganda (Nobre, 2006).

Ocorre no CHS restaurado uma mistura pelo apelo cultural, sustentado pela sua monumentalidade histórica e arquitetura de espetáculo, representada pelas praças internas dos quarteirões, coloridos das fachadas, casas de show, numa sensação de brilho superficial e de prazer transitório, de exibição e de efemeridade que se tornou essencial para o sucesso de uma intervenção dessa natureza. O objetivo de dar determinada imagem ao lugar através da organização dos espaços espetaculares como um meio de atrair capital e pessoa “do tipo certo” em um período de competição interurbana e de empreendedorismo urbano intensificados na cidade global (Harvey, 2005).

Kevin Lynch considera que a paisagem funciona como um sistema vasto de memórias e símbolos para a retenção das ideias e da história do grupo. A paisagem desempenha um papel social, o ambiente identificado e conhecido fornece material para lembranças e símbolos comuns, que unem o grupo e permitem comunicação dentro dele (Lynch, 1997). A requalificação socioespacial do Centro Histórico das cidades para o desenvolvimento do turismo cultural tem sido a estratégia usada pelas municipalidades para a revitalização desse significativo espaço urbano. A intermediação da cultura para a criação de novas especializações sociais.

A ocupação dos imóveis restaurados teve como orientação o estabelecimento de atividades comerciais de luxo, restaurantes caros, joalherias, lojas de presentes, visando a atração de uma clientela seleta, de elevado poder aquisitivo, disposta a consumir produtos e serviços mais sofisticados. O “novo” CHS deveria ser diferenciado e elitizado. Medidas como limites de acesso a algumas áreas (especialmente as praças internas), não comercializar bebidas populares ou a preços acessíveis foram tentadas como forma de afastar as pessoas situadas

nas faixas de renda inferiores. O que de fato se constatou foi que os quarteirões recuperados passaram por uma estratificação socioespacial e temporal (Bomfim, 2010).

Quanto a população local, estima-se que está intervenção desalojou 95% dos moradores da área, caracterizando-se como uma verdadeira “operação deportação”, como alguns intelectuais, críticos do Programa, classificam. A retirada da população, no entanto, não estava prevista no Termo de Referência da intervenção, que destacava a importância de se dar atenção ao habitante do Centro Histórico de Salvador, sobretudo ao seu desenvolvimento socioeconômico e cultural. Entretanto, apesar de não declarado, consolidou-se entre os planejadores do Programa a crença de que a manutenção da população pobre e marginalizada era incompatível com o desenvolvimento do turismo e da preservação do casario recuperado (Carvalho, 2000). Durante a intervenção, foram desalojadas e indenizadas 3.190 pessoas, divididas entre moradores e comerciantes, nas sete etapas do Programa, sendo que os dados da sétima etapa são parciais, pois os dados foram levantados com essa intervenção ainda em andamento (Bomfim, 2010).

A metodologia usada para a desocupação foi a de cadastramento dos moradores e comerciantes dos imóveis que sofriam intervenção e, em seguida, a negociação no Serviço Social do IPAC. Era oferecido aos moradores e comerciantes a opção de indenização, recebendo assim uma quantia em dinheiro para se mudar; a opção de relocação definitiva, ou seja, a condição de permanecer em um imóvel especialmente recuperado pagando aluguel e com contrato juridicamente válido; e a terceira opção a relocação provisória, ficando por algum tempo residindo no imóvel até mudar para outro especialmente adaptado. Cerca de 85% dos moradores optaram pela indenização, os 15% restantes, que optaram pela relocação, foram transferidos para nove ruínas recuperadas na área de entorno, adaptadas para moradia coletiva (Bahia, 1995).

Desta forma, esse programa de recuperação do Centro Histórico de Salvador abandonou radicalmente a proposta de intervenção com a manutenção da população, agindo contrariamente a todas as recomendações nacionais e internacionais sobre o assunto, como foi visto neste artigo. O IPAC, órgão executor, muda totalmente a postura que adotava desde a sua fundação, de manter a população, que, inclusive, em determinados momentos, assumiu contornos nitidamente assistencialistas (Bomfim, 2010).

Para compreender o comportamento do Estado frente a esta população pobre se faz necessário analisar o fenômeno da pobreza como um estigma, isto é, a discriminação que o Estado e a sociedade fazem em relação às camadas pobres residentes no centro das cidades associando os moradores de baixa renda à criminalidade, insegurança e medo, como se estes

fossem os responsáveis pela situação, e não as vítimas do modelo socioeconômico excludente.

Essa discriminação influencia os gestores públicos no momento de se traçarem políticas e se alocarem recursos, é sempre reduzida a verba destinada aos mais pobres, comparada à que é desprendida para atender a população mais abastada. Cria-se um círculo vicioso de reprodução da pobreza, e as políticas governamentais se tornam ineficazes.

Junto a isso, no caso brasileiro identifica-se que as ações governamentais de dotação de equipamentos e serviços urbanos à população mais carente, moradores de bairros populares, usuários de transporte coletivo, pedestres, etc., acontecem apenas após constante mobilização e pressão das comunidades ou dos usuários, através de seus movimentos sociais (Serpa, 1998).

Em 1995 começou a segunda fase do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador e foi dividida em mais três etapas. Caracterizou-se pela cautela do Estado em realizar intervenções e pela busca de financiamento externo. Nesta fase foram realizadas obras complementares, como estacionamento, proteção de monumentos e recuperação de edifícios históricos. Nessa fase, o programa passou a ser realizado pela Secretaria de Cultura e Turismo, por intermédio do IPAC, em parceria com a CONDER. Na quinta etapa, 130 imóveis foram recuperados. Na sexta etapa, foram reformados 101 imóveis. Na sétima etapa, em andamento no ano de 2006, estava previsto a intervenção em 141 edifícios (Bomfim, 2010).

As obras da sétima etapa foram iniciadas em 2001 e passou a ser executada sob inteira responsabilidade da CONDER, sem a participação do IPAC. Esta fase iniciou sem a apresentação de anteprojeto planos ou mesmo um relatório que demonstrasse o projeto ou a metodologia de intervenção da área sobre intervenção. Esta etapa tinha como objetivo a reforma de 130 edificações e sete monumentos históricos distribuídos em 10 quarteirões. Além da recuperação do casario, o Programa realizaria obras de infraestrutura, como esgotamento sanitário, iluminação entre outros (Reis, 1998).

Este polígono trouxe como elemento novo a sua destinação para uso habitacional, o oposto das etapas anteriores, que privilegiaram o comércio, a cultura, o lazer e a instalação de equipamentos públicos. Para essa sétima etapa foram cadastradas 1.770 famílias com um total de 3.584 moradores, essas famílias tiveram como opção uma casa própria, na periferia da cidade, ou um “auxílio relocação”. Para esta etapa, o governo do estado conseguiu integrar as suas ações ao Projeto Monumenta do governo federal em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Bomfim, 2010). Todavia, pela primeira vez desde

o início do Programa de recuperação do CHS, a sociedade civil organizada reage ao banimento da população residente nos quarteirões degradados.

Em maio de 2003 é publicado um decreto de desapropriação (Decreto 8.859 de 14 de maio de 2003) de imóveis privados na 7ª Etapa, mesmo com 698 moradores residindo no local. Essas pessoas recusaram as ofertas do Governo e resolveram lutar pela sua permanência na área. Nesse contexto é criada a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico. A partir de então uma série de ações é iniciada pela AMACH, intermediada por diferentes autores. No mesmo ano da criação da associação, o Ministério Público ajuíza uma Ação Civil Pública contra o Governo do Estado e a CONDER, interrompendo a remoção das famílias e iniciando um longo e importante processo de negociação para a construção conjunta de alternativas e inclusão para moradores no projeto (Couto, Reis, 2017).

A partir daí começa a ser debatido pelas instituições, inclusive pelo judiciário, o alcance constitucional da proteção ao patrimônio cultural material e imaterial. Em trâmite judicial, questionada em uma Ação Civil Pública que pleiteia a permanência dos atuais moradores e numa Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) que questiona a validade da lei 8212/02, as verbas para a 7ª etapa são suspensas pelo Ministério da Cultura, responsável pelo repasse, até definição da questão. No fim das negociações chegou-se ao consenso de que apenas as famílias que não haviam recebido auxílio realocação teriam direito a serem incluídas nesse projeto, ou seja, 103 famílias (Pugliese, 2006).

Nesse processo de negociação, com o apoio do Ministério Público, assessoria e com uma visita realizada pela Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e à Terra Urbana, da Organização das Nações Unidas, a AMACH conseguiu construir um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em 2005. Esse termo garantia direito à permanência e 103 famílias na 7ª Etapa, com sua inclusão no projeto através de subsídios do Governo do Estado e do Ministério das Cidades (MCidades) (Couto, Reis, 2017).

Quando no final de 2005 foi regularizado o repasse de recursos do governo federal, oriundos do Programa Monumenta e financiados pelo BID, o governo da Bahia lança a licitação para a reforma de 21 casarões destinadas a abrigar essas 103 famílias. Em 2006 foram lançadas as novas licitações para a reforma de mais 25 imóveis, convertidos à função habitacional. A destinação de parte dos apartamentos reformados nesses imóveis é para o Programa Habitacional para o Servidor público do Estado da Bahia (Prohabit), para serem financiados através de uma ação da Urbis/ Caixa Econômica Federal/ CONDER/ IPAC para os interessados em residir no Centro Histórico (Bomfim, 2010).

Quando os imóveis ficam prontos e podem ser entregues as famílias, a qualidade construtiva é bastante questionável. Os principais problemas relatados por moradores são: infiltração,

umidade, falta de ventilação, deficiência de esgotamento sanitário, insalubridade, falta de ligação domiciliar para abastecimento de água, aumento no número de famílias e conflitos condominiais (Couto, Reis, 2017). E até o presente momento o TAC não foi totalmente cumprido e a AMACH segue reivindicando o que foi por este estabelecido.

Esse processo de exclusão socioespacial pode ser visto como uma estratégia de negação dos direitos aos mais pobres. Na medida, que os investimentos públicos, ou a renúncia fiscal, são utilizados para estes projetos, são diretamente apropriados por proprietários, que não residem mais no local, ou por agentes do capital em busca de oportunidades para investir, e não pela população que lá reside e trabalha (Mourad, 2011).

Apesar da expulsão em massa dos moradores do Centro Histórico neste Programa de Recuperação, pode-se dizer que não houve gentrificação⁷ no Centro Histórico de Salvador, não segundo a sua definição original. Apesar da expulsão da população de baixa renda ter ocorrido, está não foi substituída por uma população de maior renda (Bomfim, 2010).

Avaliando os dados relativos à renda dos moradores que conseguiram permanecer no Centro Histórico, percebe-se que houve a redução do contingente populacional de menor renda (de 0 a 5 salários mínimos), com queda de participação de 90% para 80% entre 1991 e 2000, enquanto que os grupos de renda mais elevada (acima de 10 salários mínimos) aumentaram de 2% para 6%.

Mesmo que esta prática, em Salvador, não tenha conseguido, até então, resultados vantajosos, em termos de retorno econômico e/ou retorno em conservação e preservação, ainda assim o governo local investe no discurso em nome da requalificação, intensifica-o cada vez mais, tentando articular novas tendências culturais ao antigo e já enraizado discurso. Para tanto, redimensiona o tratamento a ser dado ao bem cultural e, mais do que nunca, utiliza a mídia para criar consenso. O que muda são os métodos de gerenciamento do empreendimento (Reis, 1998).

4. CENTRO ANTIGO DE SALVADOR: PLANO DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVO (2010)

Após as intervenções, a configuração da área foi bastante alterada. A população residente tornou-se quase inexistente, o uso predominante passou a ser o comercial e com os incentivos que foram dados a setores comerciais de alta renda, as características da área se alteraram profundamente. Não só foram removidos os habitantes que eram responsáveis pela dinâmica

⁷ Gentrificação ou enobrecimento urbano é um neologismo (gentrification) que diz respeito à expulsão de moradores tradicionais, que pertencem às classes sociais de menor renda, de espaços urbanos e que subitamente sofrem uma intervenção urbana (com ou sem auxílio governamental) que provoca sua valorização imobiliária, e a substituição por moradores de uma classe superior (Harvey, 2006).

cotidiana dos espaços do Centro Histórico como os usos tradicionais a estes associados, como habitação e comércio de subsistência, praticamente deixaram de existir.

A população local de baixa renda, transferida para outras áreas, foi substituída pelo visitante sazonal de alta renda. Com a saída da população, houve uma mudança das características culturais da área, comprometendo-se o caráter singular da mesma, um dos itens a justificar seu tombamento, já que o visitante não tem raízes ou ligação cultural e afetiva com a área. O turismo foi colocado acima das questões sociais e a função social, essencial ao patrimônio cultural, foi aos poucos se perdendo. A queda da visitação turística criou uma situação bastante crítica, muitos comerciantes começaram a fechar seus estabelecimentos, houve uma grande diminuição das programações do Pelourinho Dia e Noite, acompanhada pela diminuição do policiamento. Com o fechamento do Teatro do Pelourinho e a redução de verbas destinadas à área como as que eram destinadas à Fundação Casa de Jorge Amado, e a volta da prostituição, pontos de drogas e mendicância, agravou-se a situação de decadência da área (Francisco, 2007).

Os moradores do CHS, eram predominantemente mulheres, que representavam 55,3% da população total. Sobre a composição etária, nota-se uma predominância de indivíduos adultos (25 a 59 anos), correspondendo a aproximadamente 49% da população total. Quanto à etnia, considerando o CHS a representação da população negra nas populações totais atinge 78,4%. Com relação à distribuição da população residente por níveis de escolaridade, o CHS apresentou uma proporção de analfabetos de 9,8%; 41,2% dos seus habitantes tinham até o 1º grau completo e 48,9% havia cursado pelo menos o 2º grau completo (Bahia, 2010).

A proporção de desempregados no CHS atingiu o valor de 10%, quando considerada a População em Idade Ativa (PIA). Estima-se que dentre a sua população residente 42,6% são inativos, percentuais superiores ao do município, o que pode ter justificativa na maior parcela da população idosa nestas áreas em comparação com o conjunto da cidade. Com relação à distribuição da população ocupada, por faixa de renda, pode-se concluir, a partir dos dados da PED, que 67,3% dos residentes no CAS recebiam até 5 salários mínimos, sendo que destes 23,3% tinham renda igual ou inferior a 1 salário mínimo.

No ano de 2010 o Governo Federal lançou uma nova proposta de intervenção, como alternativa a forma de condução da requalificação anterior, motivada pelos resultados negativos das fases anteriores de intervenção, que levaram a um novo processo de decadência do lugar. Esta nova fase foi marcada pela criação de um novo conselho para gerenciar a área, o Conselho Gestor do Centro Antigo, coordenado pelo Escritório de Referência do Centro Antigo, que começou a ser estruturado também em outubro de 2007,

época da entrega das habitações da 7ª etapa. Houve da mesma forma uma mudança na abrangência do projeto, passando a receber o nome “Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Integrado e Participativo”. O nome também indica uma maior área de atuação do projeto, anteriormente concentrada na região do Pelourinho, o que configurava uma intervenção de forma pontual.

Segundo dados do Escritório de Referência do Centro Antigo, a área de abrangência, definida como Centro Antigo, engloba o Centro Histórico, definido por Decreto Federal nº 25/1937, a Área de Proteção Rígida Municipal e a Área Contígua à de Proteção Rígida, definidas por Lei Municipal (número 3.289/83). A nova área definida tem 7 Km², corresponde a 2,25% da área de Salvador e abrange 14 bairros. Os moradores do Centro Histórico representam 21% da população residente do Centro Antigo (Braga; Santos Júnior, 2009).

O termo de Reabilitação⁸ sugere uma nova forma de elaboração de projeto e posterior gestão através de uma parceria entre poder público, iniciativa privada e população. Para que a implementação do projeto se tornasse possível, as estratégias de atuação para reabilitação estabeleceram, um Plano de Reabilitação Integrado e Participativo, com metas estabelecidas a curto, médio e longo prazo, que se baseia nas análises e busca de soluções de problemas mais urgentes enfrentados pela área (Bahia, 2010).

O primeiro passo constituiu-se na sistematização das propostas apresentadas pela sociedade civil, a partir da consulta e avaliação de propostas por meio de sucessivas oficinas de trabalho, utilizando-se de câmaras temáticas. Dentre as propostas apresentadas, destacam-se as ações voltadas às áreas da cultura, lazer e educação (Braga; Santos Júnior, 2009). O Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador segue as diretrizes do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades. Tem como objetivo definir, construir e instituir instrumentos que possibilitem a sustentabilidade do Centro Antigo, integrando-o às dinâmicas sociais, urbanas e econômicas da cidade, com vistas a encontrar os meios que levarão a um território urbano que seja bom para morar, trabalhar, frequentar e visitar; socialmente justo, culturalmente aceito, economicamente viável, ambientalmente sustentável e devidamente apropriado pelos seus usuários. A etapa de construção do Plano contemplou a elaboração de diagnósticos da área nas diferentes dimensões (Bahia, 2010).

A primeira dimensão analisada foi a Ocupação Urbana e Habitação, verificando que a cidade espetáculo, também promoveu um grande esvaziamento do seu conteúdo de cidade

⁸ Reabilitação urbana, parte da compreensão da realidade sobre a qual se pode atuar, as políticas de patrimônio não se limitam mais a apenas formular estratégias de controle para as áreas a serem conservadas, mas passam a traçar estratégias amplas para o seu desenvolvimento, que partem exatamente do seu caráter de áreas conservadas (Castríota, 2007).

permanente, com a saída da maioria da população moradora, que passou de 6,7 mil, em 1991, para cerca de 3 mil habitantes, em 2000 (IBGE). Os projetos previstos para uso habitacional, nas diversas faixas de renda, inclusive habitação eventual de hotelaria, alcança, um montante de R\$ 285 milhões, sendo cerca de R\$ 150 milhões para produção de habitação social, destinados a cerca de 2.900 novas unidades habitacionais para população com níveis de renda de até 6 salários mínimos (Bahia, 2010).

A dimensão da Acessibilidade e Mobilidade Urbana, recomenda-se a recuperação de sistema viário e de infraestrutura e a mudança do perfil para uso misto, residencial e comercial, e, seja observada a adequação dos espaços urbanos no entorno, com rotas acessíveis, possibilitando o uso do CHS por todas as pessoas. Para a elaboração do projeto e execução da obra, devem ser observados o que estabelecem a ABNT NBR 9050/2004 e a Circular nº 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Acessibilidade em Bens Culturais Imóveis Acautelado em Nível Federal (Bahia, 2010).

A Avaliação dos Equipamentos e Negócios Culturais, observando-se que a discrepância entre o rico acervo patrimonial dos equipamentos culturais e as condições para sua sustentação, apontam para a necessidade urgente de investimento em diversas áreas desse segmento. Uma melhoria na qualidade da oferta e da divulgação dos bens culturais existentes poderá propiciar maior fluxo de pessoas e, conseqüentemente, maior sustentabilidade dos conteúdos disponíveis, das expressões e das referências tradicionais e contemporâneas tão proeminentes no CHS (Bahia, 2010).

Os Aspectos Econômicos, demonstrando que o Centro Histórico incorpora um conjunto amplo e diversificado de atividades comerciais e de serviços, devendo-se sublinhar que, apesar da importância do turismo, é ainda a população local que viabiliza essas atividades econômicas (Bahia, 2010).

A Economia do Turismo, pois o Centro reúne um conjunto de atributos propícios à exploração de diversos segmentos turísticos, como o histórico cultural, de lazer litorâneo, náutico, de eventos, gastronômico, dentre outros, o CHS apresenta um amplo potencial para expansão da economia do turismo. Para tanto, junto à superação de desafios estruturais, como os referentes ao quadro social e de deficiências da infraestrutura urbana e turística, deverá potencializar os seus segmentos turísticos, dentre os quais o turismo cultural, considerado, na atualidade, como um dos responsáveis pelo crescimento da atividade turística mundial (Bahia, 2010).

Os Aspectos de Conformidade Ambiental, constatando que esta área se configura como uma complexa matriz de fatores socioambientais, que se inter-relacionam, gerando os aspectos de não conformidade. Entre esses fatores, o estudo deixa clara a relevância associada aos

resíduos e odores, também intimamente relacionados. Desta forma, o desenvolvimento das ações de cunho técnico operacional, deve focar prioritariamente estes aspectos (Bahia, 2010).

A Dimensão Social e o Quadro de Vulnerabilidades, verificando que o estigma de local de drogados, de mendicância e de ladrões vai sombreando outras imagens do lugar, obscurecendo seu valor cultural e o prazer que se poderia desfrutar, não fossem o assédio e o confronto com o grave problema humano e social das tantas pessoas destruídas pela droga e pela vida nas ruas. O quadro de desigualdades econômicas e sociais existentes nas diversas ambiências da área do CHS, configuram um grau considerável de vulnerabilidade social e justificam intervenção imediata (Bahia, 2010).

E a Segurança Pública, que por se tratar do principal ponto turístico do Estado, as ocorrências policiais têm uma maior repercussão em comparação a outros pontos da cidade. Identificaram-se, também, índices significativos de furtos e roubos a transeuntes, especialmente no entorno da poligonal de tombamento, por se tratar de um espaço com grande fluxo de pessoas, a exemplo do que ocorre em grandes cidades. Além do aprimoramento das ações policiais no CAS, é imprescindível para a segurança pública a participação efetiva e a integração dos órgãos aos quais cabem a fiscalização e execução dos diversos pontos relacionados neste trabalho (Bahia, 2010).

Diante do cenário encontrado, entende-se que a implantação e êxito do Plano vão além de requalificações do edificado e de melhorias na infraestrutura, mas abarcam também a reflexão e propostas sobre as questões sociais ligadas à moradia, saúde, educação e sobre o patrimônio sociocultural, linguístico, humano e artístico, pois são as especificidades do lugar que constituem a sua memória. Desta forma, são apresentadas 14 preposições:

Fomento à atividade econômica; Ampliação da competitividade das atividades econômicas; Preservação da área da encosta do frontispício; Incentivo ao uso habitacional e institucional; Dinamização do bairro do Comércio e revitalização da orla marítima; Qualificação dos espaços culturais e monumentos; Estruturação do turismo cultural; Aprimoramento das ações e serviços de atenção à população vulnerável; Otimização das condições ambientais; Requalificação da infraestrutura; Redução da insegurança; Valorização do CAS a partir da educação patrimonial; Criação de um Centro de Referência da Cultura da Bahia; Gerenciamento e implantação do Plano de Reabilitação (Bahia, 2010).

O objetivo destas preposições é devolver à cidade uma importante parte de sua estrutura e aproximar a população de seu berço histórico. Busca-se reverter a situação de esvaziamento habitacional e o déficit acentuado de infraestrutura social, gerar sinergias com outros projetos e coordenar investimentos públicos e privados no perímetro de intervenção, criando uma

gestão territorial integrada e inclusiva, contemplando a diversidade e a complexidade da área em diferentes dimensões.

A atualização e consolidação de informações relativas aos estudos, projetos e legislação incidentes sobre a área foi realizada pelo Governo do Estado. A articulação institucional, apontaram como principais problemas à superposição de atribuição dos atores da área, a convergência de ações e projetos e articulação dos parceiros potenciais. A solução proposta baseou-se na definição de funções, com articulação com a iniciativa privada e o levantamento de projetos existentes e não implantados (Braga; Santos Júnior, 2009).

O plano apresentado em 2010 apresentou mudanças importantes em relação ao projeto de 1992. A primeira mudança diz respeito ao caráter social do plano na tentativa de instituir medidas mitigadoras para combater o quadro de vulnerabilidade social deixado pelo plano de 1991. Anteriormente a população foi expulsa, do Centro Histórico, em um processo cruel e desumano, no plano de 2010 a população foi convidada a participar, sendo consultada também as principais lideranças sociais, assim como assessorias técnicas, professores e pesquisadores atuantes na área. Essa participação traz uma visão social para o plano que passa a se referir ao Patrimônio Imaterial do Centro Antigo, não apenas com as edificações, agregando os detentores da cultura com seus saberes e fazeres. Nessa nova elaboração houve a participação da UNESCO por essa área ser considerada Patrimônio da Humanidade, podendo representar uma adequação do projeto de intervenção de forma mais rigorosa aos seus parâmetros gerais de intervenção, não apenas na preservação do patrimônio edificado, mas também em relação aos direitos sociais e salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

Porém a participação social nesse plano foi apenas consultiva e não deliberativa, acrescentando um caráter social ao planejamento, contudo sem a efetiva execução das reivindicações da população local. Pois, o apoio da opinião pública é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada de decisões (Declaração de Amsterdã, 1975). Não se pode chamar de participativo um processo de elaboração a não ser que previamente exista uma instrumentação daqueles que estão sendo convidados a somar, e se as solicitações não saírem do papel, essa participação é apenas forjada, para cumprir as recomendações dos manuais técnicos. Desta forma o Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de 2010, foi construído com a opinião social, porém as pessoas que foram convidadas a “participar” não tiveram a chance de transformar o que estava sendo pensado ou se integrar na execução do plano e não foram sequer ouvidos na sua avaliação de 2014.

5. AS CONSEQUÊNCIAS DESSAS INTERVENÇÕES

É exatamente o cotidiano que vai construir e erguer histórias e memórias na cidade. Memórias forjadas pelos seres humanos, tão desprezados diante do olhar “técnico” que tenta preservar apenas as construções de concreto. O habitar é uma das dimensões humanas, lugar de invenção e de reunião de pessoas, de troca de informações. Essas invenções ocorrem na vida cotidiana, permitindo a construção da identidade do indivíduo, não apenas entre os mesmos como entre eles e a cidade (Carlos, 2001).

O primeiro plano de intenções, que resultou na primeira operação de recuperação da área do Pelourinho, em 1969, não conseguiu redefinir o dinamismo local. Da mesma forma, muitos foram os planos e ações que se sucederam ao longo desses anos, desenvolvidos por órgãos estaduais e municipais. Alguns desses planos trazem uma intenção explicitamente turística, enquanto outros buscavam novas alternativas de requalificação, mas sem, contudo, perderem de vista esta possibilidade (Gomes; Fernandes, 1995).

O projeto implantado no Centro Histórico de Salvador, justificava-se pela singularidade da “identidade cultural da área”. Além do reconhecimento da importância do conjunto arquitetônico, as manifestações da cultura negra, como o Bloco Olodum, foram utilizadas como justificativa para dar início ao grande projeto de intervenção na área, em 1991, sob o comando do Governo do Estado. Porém, ao substituir a população residente para dar à área um perfil social de classe média e transformá-la em um cenário urbano com o conteúdo de centro cultural e turístico, de acordo com o modelo hegemônico das intervenções realizadas em áreas centrais naquele período, estes aspectos ficaram seriamente comprometidos (Jeudy, 2005).

Uma polêmica foi instaurada ao serem inauguradas as primeiras etapas da intervenção. De um lado, os críticos do projeto denunciavam a expulsão da população original, antes maioria, titular dos “direitos de posse” do Pelourinho, para as periferias da cidade, tornando a presença dos moradores quase inexistente na área de intervenção. De outro lado, os defensores da intervenção alegavam que sem ela e uma compreensão ampla da revitalização, esse “Patrimônio da Humanidade” ter-se ia extinguido (Freitag, 2005).

Fazendo uma análise comparativa com o conceito de Conservação Integrada que aqui foi colocado, podemos ver a contradição que se estabeleceu entre a teoria e a prática dos projetos de intervenção. Assim como indicado pelas Cartas Patrimoniais, o uso turístico foi escolhido para o Centro Histórico de Salvador, mas a falta de controle da atividade, como é indicada pelos documentos de recomendações nacionais e internacionais, levou à supervalorização desta atividade, o que não tornou possível o estabelecimento de interfaces entre o valor comercial e turístico da área e a função social que ela representa.

Com isso, a população local de baixa renda, transferida para outras áreas, foi substituída pelo visitante sazonal de alta renda, gerando a mudança do quadro populacional. Com a saída da população, houve uma mudança das características culturais da área. Este processo trouxe suas inevitáveis consequências. O turismo se revelou uma atividade instável, um processo temporário, e a falta de raízes com o Centro Histórico comprometeu seriamente a área, privada de suas atividades cotidianas.

De modo geral, as recomendações para a Conservação Integrada colocam que os usos devem ser compatíveis com o contexto econômico e social, respeitando as necessidades sociais das comunidades locais. No Centro Histórico, além da remoção das famílias e mudança de uso, foi implantado um serviço turístico de alto padrão, não condizente com a realidade da área.

Quanto aos usos, ocorreu o mesmo processo. A conservação Integrada se baseia no uso do trabalho e do cotidiano sem privilegiar uma área específica e coloca a moradia como a função principal, mantendo a população e as atividades tradicionais. No projeto de intervenção do Centro Histórico de 1992, a habitação é quase inexistente, a população local foi removida e os usos substituídos para aqueles voltados ao turismo.

Assim como o projeto de intervenção foi controlado pelo governo do estado, que implantou atividades e viabilizou as obras, a gestão da área após a conclusão das etapas de intervenção ficou por muito tempo a cargo do governo estadual, que para mantê-la, além de gerenciar o projeto de intervenção, estabeleceu uma política de visitação à área (Programa Pelourinho Dia & Noite) e também concedia benefícios para que os comerciantes se estabelecessem na área após a intervenção, o que criou a comodidade da iniciativa privada, que passou a deixar tudo a cargo do Estado. Muitos aluguéis não foram pagos, dívidas foram perdoadas e houve a manutenção dos imóveis sem custos ao proprietário. A área recebeu ainda um policiamento diferenciado do restante da cidade (Medeiros, 2001).

O programa de intervenção de 2010 não foi capaz de mitigar o processo de esvaziamento funcional da região que, ao lado de outras escolhas do planejamento e da atuação governamentais, resultaram no enfraquecimento do seu capital sociocultural ou na tentativa de “domesticação” dos seus agentes tradicionais. São muitos os efeitos perversos, derivados do processo de exclusão social e marginalização, sofridos por aqueles vistos como tipos antissociais, transgressores da ordem pública.

É determinante compreender as dinâmicas sociais relativas, às formas de uso, novas ou residuais, considerando a caracterização pessoal, social e econômica dos moradores e dos demais usuários do lugar, sobretudo ao se identificarem situações de vulnerabilidade, antes

de propor melhoras para uma sociedade. Para, que desta forma, seja respeitada a dinâmica social, mitigada as fraquezas e potencializada as qualidades. E por mais que o plano de reabilitação de 2010 esteja tangendo essas questões, não houve uma efetivação completa, e a gestão não está sendo capaz de reestruturar o local devido as perdas do processo anterior. O Centro Histórico, na área recuperada, é hoje relativamente bem policiado e esvaziado de pobres e antigos moradores. Já o entorno imediato e mais afastado está repleto de desafortunados, a exemplo do grande corredor de comércio e serviços da Baixa dos Sapateiros e também parte dos bairros da Saúde e Barbalho.

5. CONCLUSÕES

A luz do conceito da Conservação Integrada, seus objetivos e aplicações, verificamos que as ações estatais no Centro Histórico de Salvador e os planos e projetos, por vezes, sobrepostos, não atendem as recomendações internacionais para o planejamento de áreas de caráter patrimonial e estes buscavam a valorização do local como potencial sobretudo das atividades turísticas. Porém, essa forma de intervenção cuja concepção principal teve como foco o desenvolvimento voltado para o turismo, desencadeou a expulsão da população residente no local e mudanças no perfil das dinâmicas cotidianas que identificavam o Centro Histórico.

Esse planos e projetos falharam porque a recuperação do Centro Antigo de Salvador nunca foi inserida em sua verdadeira dimensão urbana, ela sempre foi vista como uma questão “cultural” e sempre como um problema localizado. E nunca conseguiram reverter a situação de extrema pobreza da população nem tampouco se conseguiu reduzir a marginalidade que dominava aquele espaço.

Pois, esses planos não deslocam apenas os condenados pelo “crime” de estarem ocupando lugares tornados bons demais para eles. Carregam junto uma quantidade enorme de hábitos culturais e atividades econômicas julgados desprezíveis. Os guardiães da história foram irrisoriamente indenizados ou relocados para áreas periféricas da cidade, numa tentativa equivocada de reorganização que, mais uma vez, optou pela homogeneização do lugar de memória da cidade.

As ações estatais incidentes nessa parte da cidade estão descritas como planejamento urbano, porém não reconhecem aqueles que ali estão e habitam, este espaço está sendo planejado de forma seletiva e excludente, para ser destinadas a interesses do capital, seja ele cultural ou imobiliário. A Conservação Integrada, tem a função principal a conservação do patrimônio arquitetônico e imaterial e a articulação entre esses para a manutenção dos modos de vida que permitam o homem encontrar a sua identidade e experimentar um sentimento de segurança face às mutações brutais da sociedade. Os poderes locais devem levar em conta

a continuidade das realidades sociais e físicas existentes nesse espaço urbanos, assim como, levar como base a participação deliberativa da população envolvida, para que as decisões tomadas sejam justas e atendam a todos. Desta forma, será aplicado a Conservação Integrada, como foi idealizado e o planejamento urbano será justo e igualitário.

O projeto de 1992 não se sustentou, pois, ao expulsar a população permanente esvaziou o Centro e os investimentos públicos não foram capazes de manter a circulação dos visitantes em uma área esvaziada daqueles que por anos praticaram a cultura, e ao seu modo, preservaram a cultura. O plano de 2010 tampouco está sendo capaz de modificar este quadro, pois, apesar de receber o nome de participativo a população residente do Centro foi apenas consultada na sua elaboração, mas não foi dado espaço para esta fazer parte da execução, que mais uma vez ficou a cargo do Governo do Estado da Bahia.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Paulo Ormino de. (1984) O caso do Pelourinho. P. 219-255. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado. Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- AZEVEDO, Thales de. (1969). *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador: Itapuã.
- BAHIA. (1995). *Centro Histórico de Salvador*. Programa de Recuperação. Salvador: Corrupio.
- BAHIA, Governo do Estado. (2010). *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon.
- BAHIA, Governo do Estado. (2014). *Centro Antigo de Salvador Plano de Reabilitação Participativo: Avanços*. Salvador. 1.ed. Salvador: CONDER/DIRCAS.
- BOMFIM, Juarez Duarte; Silva, Paulo R. Guimarães da. (1995). *O Caso do Parque Histórico do Pelourinho: Investigação de Originalidade numa Ação do Governo Local*. Sitientitus, Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, n.13, jul./dez.
- BOMFIM, Juarez Duarte. (2010). *O Centro Histórico da Cidade de Salvador: sua integração sócio urbana*. Feira de Santana.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. (2001). *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto.
- CARVALHO, Carla Suely; LONGA, Carolina. LIMA, Rosileny. (2000). *Turismo e urbanização na década de 90: O caso do Centro Histórico de Salvador (Monografia)*. Salvador: Unifacs.
- CASTRIOTA, L. B. (2010). Conservação urbana: tombamento e áreas de conservação. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (Orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum.
- COUTO, Caio Costa; REIS, Lysie. (2017). *De 7º etapa à ZEIS 114: A trajetória de luta por moradia o Centro Histórico de Salvador*. In: XXI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. Salvador, 21º, 2017, Universidade do Estado da Bahia. Conhecimento, inovação e transformações locais. Salvador. UDUNEB, pp. 452.
- FRANCISCO, Luiz. (2007). *Prostitutas e mendigos voltam ao Pelourinho – Turistas, moradores e comerciantes locais estão se sentindo acuados na região e deixando o centro histórico de Salvador*. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 15 jul. Caderno Cotidiano.
- FREITAG, Bárbara. (2002). *Cidades globais em sociedades informacionais*. Revista TB, Rio de Janeiro, 148:13/31, jan-mar.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; FERNANDES, Ana. (1992). Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850 - 1920. In: FERNANDES e GOMES (org). *Cidade & História. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ANPUR.
- HARVEY. David. (2005). *Condição da Pós-Moderna*. 14 ed. São Paulo: Loyola.
- JEUDY, Henri-Pierre. (2005). *Espelhos das cidades*. Rio de Janeiro, Editora Casa da Palavra.

KOHLSDORF, M. E. (1985). Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In *O espaço da cidade – contribuição à análise urbana* (pp. 15 –72). São Paulo: Projeto.

LYNCH, Kevin. (1980). *A imagem da cidade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1980.

MEDEIROS, Camila. (2001). *A revitalização do Pelourinho*. Disponível em: <<http://www.urbanconservation.org/experiencias/salvador/expsalvador.htm>>. Acesso em: 25 out. 2018.

MOURAD, L. N. (2011). *O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a 2010*. Tese de doutorado. Salvador, Universidade Federal da Bahia.

NOBRE, Eduardo A. C. (2006). Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. In X Encontro Nacional da Ampur.

NOVA, Luiz, FERNANDES, Taiane. (2007). Baianidade (Verbetes). In: *Mais definições em trânsito*. Salvador: FACOM/UFBA. CD-Rom.

PUGLIESE, Vanessa Souza. (2006). *Patrimônio, Resistência e Memórias Indesejáveis no Centro Histórico de Salvador*. Revista Eletrônica Urbanidades, n.º. 3. Dossiê Salvador e outras cidades.

REIS L. (1998). *A História na Vitruvina: novas estratégias e convenções no ritual de preservação do espaço urbano*. Dissertação de Mestrado. UFBA. Salvador.

REIS, Lysie. (2004). Centro Histórico Patrimônio de quem. In.: II Encontro Estadual de História: historiador, a que será que se destina? Feira de Santana. II Encontro Estadual de Feira de Santana.

SABOYA, Renato. (2008). *O surgimento do planejamento urbano*. Disponível em: <<http://urbanidades.org.br/2008/03/o-surgimento-do-planejamento-urbano/>>. Acesso em: 05 out. 2018.

SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos; BRAGA, Paula Marques. (2009). *O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador*. E as lições das Cartas Patrimoniais. *Arquitextos*, São Paulo, ano 09, n. 107.04, Vitruvius. Disponível em:<<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.107/59>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. (2013) *CAS – Centro Antigo de Salvador* [livro eletrônico]: território de referência, Salvador. SEI.

SERPA. Angelo S. Perrent. (1998). *Urbana Baianidade, Baiana Universidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

TICLE, Maria Leticia da Silva; PEREIRA, Ana Beatriz Mascarenhas (2015). *Planejamento urbano e preservação do patrimônio cultural: um olhar para o Conjunto Urbano Santa Tereza*, Belo Horizonte. *Revista Confluências Culturais*. Belo Horizonte, v.5, n.1, pp. 09 – 21.

ZANCHETI, S. M. (2003). *Conservação Integrada e Planejamento Urbano: uma revisão*. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 19, n. 1, p. 107-124, jan./jun.

ZANCHETI, S. M.; LAPA, T. (2012). *Conservação integrada: evolução conceitual*. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. (Orgs.). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: Ceci.

ANEXO A - NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Trata-se de periódico dirigido à comunidade acadêmica em geral, especialmente, às áreas de Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional e Demografia.

Os artigos recebidos para publicação deverão ser inéditos e serão submetidos à apreciação dos membros do Conselho Editorial e de consultores ad hoc para emissão de pareceres.

Os artigos receberão duas avaliações e, se necessário, uma terceira. Será respeitado o anonimato tanto dos autores quanto dos pareceristas.

Caberá aos Editores Científicos e à Comissão Editorial a seleção final dos textos recomendados para publicação pelos pareceristas, levando-se em conta sua consistência acadêmico-científica, clareza de ideias, relevância, originalidade e oportunidade do tema.

A revista está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Esta licença permite que outros adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.

A revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

A revista não aplica taxas de submissão, publicação ou de qualquer outra natureza em seus processos, sendo um veículo científico voltado à comunidade científica brasileira.

ESCOPO E POLÍTICA EDITORIAL

A revista Cadernos Metrópole, de periodicidade semestral, tem como enfoque o debate de questões ligadas aos processos de urbanização e à questão urbana, nas diferentes formas que assume na realidade contemporânea. Trata-se de periódico dirigido à comunidade acadêmica em geral, especialmente, às áreas de Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Geografia, Demografia e Ciências Sociais.

A revista publica textos de pesquisadores e estudiosos da temática urbana, que dialogam com o debate sobre os efeitos das transformações socioespaciais no condicionamento do sistema político-institucional das cidades e os desafios colocados à adoção de modelos de gestão baseados na governança urbana.

CHAMADA DE TRABALHOS

A revista Cadernos Metrópole é composta de um núcleo temático, com chamada de trabalho específica, e um de temas livres relacionados às áreas citadas. Os textos temáticos deverão ser encaminhados dentro do prazo estabelecido e deverão atender aos requisitos exigidos na chamada, os textos livres terão fluxo contínuo de recebimento.

Os artigos podem ser redigidos em língua portuguesa ou espanhola. Os artigos apresentados em outros idiomas serão traduzidos para o português. Na versão eletrônica, os textos serão publicados no idioma original enviado pelos autores, em inglês, francês, italiano ou espanhol, além do português.

Os trabalhos submetidos à Cadernos Metrópole devem ser enviados pelo sistema, da seguinte maneira: (1) se o/s autor/es não possuir/em cadastro ainda, favor clicar aqui; (2) no cadastro, preencher principalmente os seguintes campos: nome, e-mail, instituição (vínculo), e no campo "Resumo da Biografia" definir sua titulação mais alta, lugar de trabalho e função de cada um; (3) depois de cadastrado, o autor deve acessar o sistema clicando aqui.

É imprescindível o envio do Instrumento Particular de Autorização e Cessão de Direitos Autorais, datado e assinado pelo(s) autor(es). REGLAS PARA PRESENTACIÓN DE LOS ARTÍCULOS.

Instrumento Particular de Autorização e Cessão de Direitos Autorais.

Instrumento Particular de Autorización y Cesión de Derechos Autorales.

AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos recebidos para publicação deverão ser inéditos e serão submetidos à apreciação dos membros do Conselho Editorial e de consultores ad hoc para emissão de pareceres. Os artigos receberão duas avaliações e, se necessário, uma terceira. Será respeitado o anonimato tanto dos autores quanto dos pareceristas.

Caberá aos Editores Científicos e à Comissão Editorial a seleção final dos textos recomendados para publicação pelos pareceristas, levando-se em conta sua consistência acadêmico-científica, clareza de ideias, relevância, originalidade e oportunidade do tema.

COMUNICAÇÃO COM OS AUTORES

Os autores serão comunicados por email da decisão final, sendo que a revista não se compromete a devolver os originais não publicados.

OS DIREITOS DO AUTOR

A revista não tem condições de pagar direitos autorais nem de distribuir separatas. Cada autor receberá dois exemplares do número em que for publicado seu trabalho.

O Instrumento Particular de Autorização e Cessão de Direitos Autorais, datado e assinado pelo(s) autor(es), deve ser enviado juntamente com o artigo.

O conteúdo do texto é de responsabilidade do(s) autor(es).

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os trabalhos devem conter:

- título, em português, ou na língua em que o artigo foi escrito, e em inglês;
- texto, digitado em Word, espaço 1,5, fonte arial tamanho 11, margem 2,5, tendo no máximo 25 (vinte e cinco) páginas, incluindo tabelas, gráficos, figuras, referências bibliográficas; as imagens devem ser em formato TIF, com resolução mínima de 300 dpi e largura máxima de 13 cm;
- resumo/abstract de, no máximo, 120 (cento e vinte) palavras em português ou na língua em que o artigo foi escrito e outro em inglês, com indicação de 5 (cinco) palavras-chave em português e em inglês;

- identificação do autor, com as seguintes informações, por extenso: nome do autor, formação básica, instituição de formação, titulação acadêmica, atividade que exerce, instituição em que trabalha, unidade e departamento, cidade, estado, país, e-mail, telefone e endereço para correspondência;

- referências bibliográficas, seguindo rigorosamente as seguintes instruções:

Livros

AUTOR ou ORGANIZADOR (org.) (ano de publicação). Título do livro. Cidade de edição, Editora.

Exemplo:

CASTELLS, M. (1983). A questão urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Capítulos de livros

AUTOR DO CAPÍTULO (ano de publicação). "Título do capítulo". In: AUTOR DO LIVRO ou ORGANIZADOR (org.). Título do livro. Cidade de edição, Editora.

Exemplo:

BRANDÃO, M. D. de A. (1981). "O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador". In: VALLADARES, L. do P. (org.). Habitação em questão. Rio de Janeiro, Zahar.

Artigos de periódicos

AUTOR DO ARTIGO (ano de publicação). Título do artigo. Título do periódico. Cidade, volume do periódico, número do periódico, páginas inicial e final do artigo.

Exemplo:

TOURAINÉ, A. (2006). Na fronteira dos movimentos sociais. Sociedade e Estado. Dossiê Movimentos sociais. Brasília, v. 21, n.1, pp. 17-28.

Trabalhos apresentados em eventos científicos

AUTOR DO TRABALHO (ano de publicação). Título do trabalho. In: NOME DO CONGRESSO, número, ano, local de realização. Título da publicação. Cidade, Editora, páginas inicial e final.

Exemplo:

SALGADO, M. A. (1996). Políticas sociais na perspectiva da sociedade civil: mecanismos de controle social, monitoramento e execução, parcerias e financiamento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: UMA AGENDA PARA O FINAL DO SÉCULO. Anais. Brasília, MPAS/SAS, pp. 193-207.

Teses, dissertações e monografias

AUTOR (ano de publicação). Título. Tese de doutorado ou Dissertação de mestrado. Cidade, Instituição.

Exemplo:

FUJIMOTO, N. (1994). A produção monopolista do espaço urbano e a desconcentração do terciário de gestão na cidade de São Paulo. O caso da avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH.

Textos retirados de Internet

AUTOR (ano de publicação). Título do texto. Disponível em. Data de acesso.

Exemplo:

FERREIRA, J. S. W. (2005). A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/index.html>. Acesso em 8 set. 2005.

Mais informações em: <http://cadernosmetropole.net/normas-para-publicacao>. Acesso 15 de dez. 2018.